
INDÚSTRIA EM 1994: BOM DESEMPENHO COM A ESTABILIZAÇÃO*

*André Luís Forti Scherer***

1 - Indústria em 1994: comportamento semelhante ao de 1993 em um outro ambiente

A indústria brasileira apresentou em 1994 um movimento que representa, quanto a algumas medidas básicas do desempenho do setor, uma continuidade frente ao ocorrido em 1993.

O ano de 1993 havia se caracterizado por um crescimento da produção frente ao ano de 1992, concomitantemente a baixas taxas de absorção de mão-de-obra pela indústria brasileira (BRINCO, 1993).

De um modo geral, essas tendências mantiveram-se e até mesmo se acentuaram durante o presente ano, com um desempenho bastante superior ao de 1993 — o acumulado jan./set. alcançou uma elevação de 5,9% na produção física medida pelo IBGE, frente ao mesmo período do ano anterior —, tendo o emprego industrial apresentado queda de 1,11% no mesmo período (Inf. Conj. CNI, 1994, p.3). Esta ocorreu a despeito das taxas positivas deste indicador observadas após julho, quando se iniciou a terceira fase do Plano de Estabilização Econômica, havendo a troca do padrão monetário.

Permanece em cena, portanto, a questão do emprego no setor industrial. Parece cada vez mais improvável que esse setor possa retornar o mesmo papel que já teve na estrutura de emprego nacional, no passado. A persistência de uma recuperação da produção sem o crescimento do emprego pode ter desanimado aqueles analistas que ainda acreditavam em uma necessária correspondência entre as duas variáveis. Encontra-se cada vez mais generalizada a idéia de que, no setor industrial, a possibilidade de crescimento da produção crescentemente se apresenta independente de suas potencialidades para absorver mão-de-obra.

Nesse contexto, a frase "É necessário crescer, pois o País necessita gerar empregos", embora freqüentemente repetida, merece ser repensada. Uma nova estratégia de desenvolvimento para o País, que espera-se, seja delineada quando do primeiro ano do Governo que se inicia, deverá considerar as evidências apresentadas recentemente pelo setor industrial quanto ao crescimento e à geração de empregos e,

* Este texto foi realizado com dados disponíveis 15.12.94.

** Economista da FEE.

O autor agradece a leitura realizada pelos colegas Flávio Fligenspan e Ricardo Brinco a uma versão preliminar do texto e a colaboração dos estagiários André Passos Cordeiro e Marcelo Sandri.

no mínimo, esboçar um caminho para o enfrentamento da questão. É importante ressaltar o fato de que está aí colocado um desafio que não fica restrito ao Brasil. Os governos dos países que reestruturaram sua indústria ainda não encontraram uma resposta satisfatória ao problema, como demonstra a persistência das elevadas taxas de desemprego verificadas na Europa.

A compreensão das modificações na relação produto/emprego passa, como tantas vezes explicitado, pelas características do processo de reestruturação industrial. Conforme Brinco (1993), este "(...) se mostra decididamente pouco propício à criação de postos de trabalho". Os principais instrumentos utilizados na busca de "padrões internacionais de competitividade" — a reorganização dos processos de produção a partir de novas técnicas de gerenciamento, conjuntamente com a intensificação da automação industrial — têm se mostrado inexoravelmente excludentes quanto à mão-de-obra empregada, cancelando observações anteriores relativas ao papel da indústria na geração do emprego no País. Isso corrobora a observação de Brinco (1993) de que "(...) o entendimento do fenômeno pressupõe, na essência, o aspecto de sua não-transitoriedade, o que tem óbvias implicações para a situação futura do emprego".

No entanto o ano de 1994 marca, no que diz respeito à reestruturação industrial, o esboço de uma modificação que poderá contribuir para dirimir as dúvidas ainda remanescentes quanto aos efeitos desse processo sobre o emprego no setor.

No Brasil, a reestruturação estaria baseada principalmente na difusão das novas técnicas de gerência, como comprova a profusão de programas de qualidade implantados pelas empresas a partir de 1990. Seriam estes os responsáveis principais pela elevação dos níveis de produtividade na indústria nacional — estimados em cerca de 39,70% no período 1991-94, segundo a **Carta de Conjuntura FEE (1994)** —, em detrimento dos investimentos em novas instalações industriais e/ou equipamentos (GM, 1.12.94, p.10). A incerteza quanto ao crescimento da demanda interna e a elevada capacidade ociosa então existente na maior parte das plantas industriais foram fatores que concorreram para que a reestruturação tenha se efetivado com base em novos métodos de gerência, passando ao largo de investimentos massivos nos setores industrial. A falta de investimentos tem sido apontada como causa principal da incapacidade de geração de empregos pela indústria, ao mesmo tempo em que as mudanças organizacionais explicariam as disparidades quanto às variações da produção e do emprego.

Essa característica do processo de reestruturação da indústria brasileira parece ter começado a mudar a partir do ano de 1994. A elevação da produtividade decorrente da reorganização dos processos produtivos tendeu a encontrar seus limites no decorrer deste ano, permitindo projetar uma nova realidade para 1995. Indicadores demonstram que existiu uma desaceleração no ritmo dos ganhos de produtividade ao longo de 1994 (cerca de 6,32%), frente a 1993 — (estimados em 12,65%) (Carta Conj. FEE, 1994).

Especialistas do Ministério da Ciência e Tecnologia acreditam que a manutenção de elevadas taxas de crescimento na produtividade do setor somente poderão efetivar-se a partir de 1995, com o crescente investimento em inovações tecnológicas, aliado aos programas de qualidade já em andamento (GM, 1.12.94, p.10). Para essa mudança na realidade da reestruturação industrial brasileira concorrem ainda o aumento da demanda interna trazido com a introdução do real — que implicou uma redução na capacidade ociosa do setor industrial —, bem como as expectativas favoráveis quanto à manutenção dessa tendência, o que tem estimulado novos investimentos. Também a possibilidade de manutenção de uma taxa cambial sobrevalorizada reforça a necessidade de elevação

dos investimentos na busca de competitividade, ao mesmo tempo em que facilita a compra de bens de capital importados. Por sua vez, segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), a demanda por bens de capital fabricados no Brasil apresenta-se em elevação, do que é exemplo o crescimento médio de 15% nas vendas de bens de capital efetivado após o início da terceira fase do Plano de Estabilização Econômica (FSP, 2.12.94).

Confirmada a elevação dos investimentos nesse setor em 1995, será muito importante a verificação do comportamento do emprego industrial no decorrer do próximo ano. De fato, este poderá dar uma idéia da possibilidade futura de geração de empregos pelo setor, dado que a capacidade produtiva estará em expansão já nos moldes definidos como indispensáveis para o acesso ao mercado internacional, característicos do processo de reestruturação em curso.

A partir das modificações introduzidas no cenário macroeconômico, ocorreram outras mudanças em relação ao ano de 1993 que afetaram as condições de operação da indústria. Destacam-se a maior previsibilidade quanto ao comportamento dos preços no período da Unidade Real de Valor (URV) e a redução nas taxas de inflação, concomitantemente à valorização do câmbio a partir de julho.

A maior previsibilidade quanto à variação dos preços e a posterior redução das taxas nominais de juros (após julho) afetaram as condições de crédito ao consumidor. Especialmente após a troca do padrão monetário, o consumidor passou a dispor da possibilidade de compra de bens de valor mais elevado, o que aumentou a demanda por bens duráveis e levou o Governo a adotar, já em outubro, medidas de restrição ao crédito. Por outro lado, a redução do imposto inflacionário, bem como as novas condições de crédito levaram à elevação da demanda por bens de consumo não duráveis, especialmente nos meses finais do ano.

Já a valorização da moeda nacional atinge a indústria de duas maneiras distintas: dificulta as exportações e eleva a pressão concorrencial dos produtos similares importados, afetando as margens de lucro do setor, ao mesmo tempo em que facilita investimentos para modernização do parque industrial. Quanto à proteção efetiva à indústria nacional, não pode ser esquecido que, além da valorização cambial, esta se viu afetada pela redução sucessiva e às vezes antecipada das alíquotas de importação de grande parte dos produtos, culminando com a recente redução de impostos sobre as compras do Exterior através de catálogos, pelo Correio.

Essa menor carga tributária sobre as importações e a valorização cambial a partir de julho reduziram de forma acentuada a proteção efetiva à indústria nacional, em consonância com as idéias que orientam a concepção do Plano de Estabilização Econômica. Como muitas vezes foi afirmado pela equipe econômica do Governo, a diminuição das taxas de inflação deve ocorrer simultaneamente ao processo de maior abertura da economia nacional, o que implica menor proteção à sua indústria. No entanto não deve ser esquecido que, em 1995, podem acontecer algumas mudanças em relação ao Plano de Estabilização Econômica.

Embora a orientação geral deva ser mantida, existem algumas especulações quanto a modificações, especialmente na política tributária, podendo ser alteradas tanto a carga tributária sobre as importações (fala-se em cobrança de IPI e de ICMS sobre produtos importados pelo Correio, dentre outros casos) quanto aquela incidente sobre as pessoas físicas (mudanças nas alíquotas do Imposto de Renda, criação de novo compulsório, etc.). Caso estas se efetivem, podem modificar novamente o ambiente de operação da indústria nacional, afetando as expectativas quanto ao desempenho do setor para 1995.

2 - Comportamento da indústria brasileira em 1994

A produção industrial brasileira apresentou uma importante expansão em 1994. Como pode ser visualizado na Tabela 1, entre janeiro e setembro deste ano, a produção da indústria de transformação registrou um crescimento de 5,88% frente a igual período de 1993. Nos últimos 12 meses, o aumento da produção chegou a 6,14%.

Tabela 1

Indicadores conjunturais da indústria, segundo categorias
de uso, no Brasil set./94

DISCRIMINAÇÃO	VARIAÇÃO %			
	Mês/Mês Anterior (1)	Mensal	Acumulado no Ano	Acumulado em 12 Meses
Bens de capital ...	1,6	19,9	16,3	15,7
Bens intermediários	1,9	10,1	4,6	4,9
Bens de consumo ...	1,8	10,3	3,1	3,5
Duráveis	-1,3	12,9	16,4	19,2
Semiduráveis e não duráveis ..	2,1	9,7	0,2	0,2
Indústria geral ...	2,5	11,7	5,9	6,1

FONTE: INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Brasil, produção física (1994). Rio de Janeiro: IBGE, set.

(1) Com ajuste sazonal.

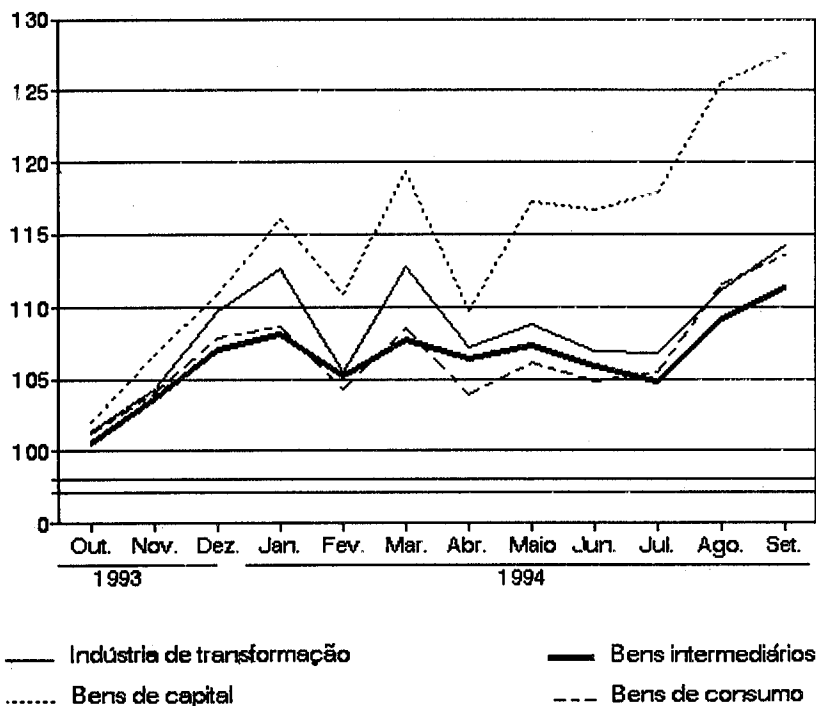
Comparada à média de 1991, a produção da indústria de transformação expandiu-se 14,16% em setembro de 1994 — com ajustamento sazonal —, o melhor resultado obtido em 1993 e 1994. No decorrer do ano, o primeiro semestre mostrou um desempenho, na média, superior ao do ano anterior, sem, contudo, apresentar uma expansão contínua na produção. O mais importante é que, após julho, quando se iniciou a terceira fase do Plano de Estabilização Econômica, a produção cresceu sem oscilações. Isso demonstra os efeitos da estabilização sobre a atividade produtiva, embora essa tendência não possa ser sustentada a longo prazo sem investimentos, como comentado na seção anterior.

Uma evidência a esse respeito encontra-se na acelerada elevação da utilização da capacidade instalada na indústria. Segundo a FGV, esta atingiu 83% em outubro, o melhor resultado desde outubro de 1989 (Inf. Conj. CNI, 1994, p.5).

Para esse desempenho favorável tem contribuído, principalmente, o elevado incremento na produção das categorias bens de capital e bens de consumo duráveis, com elevações, até setembro, de 16,31% e 16,41%, respectivamente, frente ao mesmo período do ano anterior. O acesso facilitado ao crédito para consumo — apesar das medidas restritivas quanto aos prazos de pagamento adotadas no último trimestre de 1994 —, bem como a redução do grau de incerteza na economia foram fatores que auxiliaram a impulsionar esse desempenho.

GRÁFICO 1

ÍNDICES DESSAZONALIZADOS DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL, SEGUNDO CATEGORIAS DE USO, NO BRASIL — 1993/94



FONTE: INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Brasil, produção física (1994). Rio de Janeiro: IBGE, set.

No exame do desempenho da indústria por categorias de uso, pode ser notado que, para todas, o mês de setembro representou um ponto máximo na produção, frente ao desempenho dos meses anteriores. Podem ser esperados uma continuidade dessas elevações para o último trimestre do ano, condicionada por fatores como a restrição creditícia imposta pelo Governo em outubro e reforçada em dezembro, e o não-esgotamento da capacidade produtiva existente no início do processo de estabilização.

Observa-se que, também para a indústria de bens de capital, a troca do padrão monetário foi um fator de impulso para a produção. Embora já viesse, no decorrer do ano, apresentando os maiores índices entre as categorias de uso na comparação com a média de 1991 — ano de atividade particularmente ruim para essa categoria —, após julho observou-se uma intensificação no ritmo de atividade desse setor. Em setembro, a produção encontrava-se 27,54% superior à média de 1991 e 8,12% acima do resultado obtido no mês de julho.

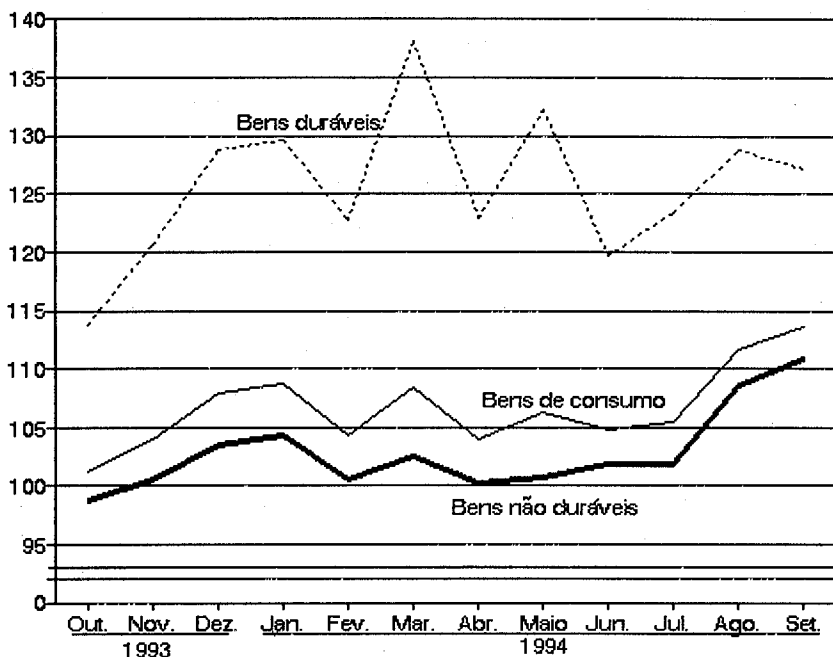
Segundo a FGV, as indústrias de bens de capital apresentavam, em outubro, uma utilização da capacidade de 78%, 11 pontos percentuais superior àquela registrada no mesmo mês de 1993, mas ainda indicando a existência de uma razoável possibilidade de expansão da sua produção (Inf. Conj. CNI, 1994, p.6). Observando a contribuição, para esse resultado, dos gêneros que compõem a categoria, pode ser destacada a indústria mecânica, com desempenho superior ao de 1993, atingindo, em setembro, um resultado 34,19% maior do que o da média de 1991 (índice dessazonalizado).

A categoria dos bens intermediários apresentou uma *performance* superior à obtida no ano de 1993, sem, contudo, registrar grandes elevações na produção, especialmente no primeiro semestre. Trata-se entretanto, da categoria cuja capacidade instalada se encontrava mais próxima do esgotamento em outubro (88%), mesmo sem ter apresentado as expressivas elevações das demais relativamente ao mesmo mês do ano passado, quando tal percentual era de 85% (Inf. Conj. CNI, 1994, p.6). Nessa categoria, destaca-se a indústria química, com um crescimento de 6,6% na produção, no período jan.-set., quando comparado ao dos primeiros nove meses de 1993.

Quanto aos efeitos do Plano de Estabilização Econômica, chama atenção, particularmente, o desempenho da categoria bens de consumo. Com um desempenho semelhante ao do ano de 1993 até o mês de julho (0,63% no acumulado jan./jul.), a produção dessa categoria teve um crescimento de 10% em agosto e setembro frente aos mesmos meses do ano passado.

Nota-se, a partir da observação do Gráfico 2, que, durante o primeiro semestre de 1994, a produção de bens duráveis foi responsável pelas maiores taxas de crescimento verificadas na categoria bens de consumo. Como exemplo, é possível ressaltar os meses de março e maio, quando a produção de bens duráveis foi 38,05% e 32,10% superior à média de 1991, "puxando" o crescimento do índice da categoria bens de consumo nesses meses. As indústrias de automóveis e de aparelhos eletrônicos domésticos (rádio e televisão) apresentaram, até julho, uma expansão na produção de 21,22% e 59,65%, respectivamente, frente a igual período do ano anterior, contribuindo para boa *performance* dos bens duráveis no período.

GRÁFICO 2

ÍNDICES DESSAZONALIZADOS DA PRODUÇÃO DE BENS DE CONSUMO
NO BRASIL — 1993/94

FONTE: INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Brasil, produção física (1994). Rio de Janeiro: IBGE, set.

Após julho, impulsionado pelo início da terceira fase do Plano de Estabilização Econômica, o desempenho da categoria bens de consumo passou a depender principalmente do crescimento na produção dos bens não duráveis, que atingiu, em setembro, um nível 10,80% superior à média de 1991. Até o mês de julho, a *performance* desse setor encontrava-se em um nível semelhante ao de 1991.

No mês de setembro, a maior contribuição para a manutenção do crescimento dos índices da categoria deveu-se à elevação na produção de bens não duráveis, da ordem de 2,12% — índice dessazonalizado —, enquanto os bens de consumo duráveis registraram queda frente ao mês anterior, refletindo dificuldades para a ampliação da produção.

É importante ressaltar que o crescimento da produção de bens duráveis começou a encontrar limites no esgotamento da capacidade produtiva, ao passo que os bens não duráveis ainda apresentavam capacidade ociosa. Conforme dados da FGV, alguns ramos industriais característicos da categoria dos duráveis operaram, de fato, com mais de 90% de utilização da capacidade instalada em outubro, como o ramo automobilístico (97%) e as indústrias de eletroeletrônicos (91%) (GM, 7.11.94, p.12). No mesmo mês, a ocupação da capacidade das indústrias de vestuário (77%), calçados (76%) e produtos alimentares (82%) mostra que, para os não duráveis, ainda existe espaço para o crescimento na produção. Isso permite que se espere, para o último trimestre de 1994, a ocorrência de um elevado crescimento da produção dos bens não duráveis, propiciado pelo incremento das vendas em função das festas de final de ano. Para essa expectativa contribuem, também, as medidas de contenção ao crédito, que atingem de forma mais dura o consumo de bens duráveis, cujos produtos possuem maior valor unitário.

3 - Os preços industriais e o Plano de Estabilização Econômica

Como pôde ser verificado na seção anterior, o Programa de Estabilização Econômica teve importantes repercussões sobre o desempenho da produção industrial, tanto em termos absolutos quanto em termos de sua composição. Nesse contexto, torna-se relevante uma análise, ainda que bastante limitada, do comportamento dos preços industriais no decorrer do ano. Esta se faz no sentido de uma verificação de sua contribuição ao (ou pressão sobre) Plano de Estabilização Econômica, especialmente após a implantação de sua terceira fase.

A análise pode ser dividida em dois momentos: o primeiro trimestre do ano marca a introdução e a adaptação dos agentes produtivos à URV, "moeda" indexada e com morte previamente anunciada; enquanto, a partir de julho, os agentes passaram a conviver com um novo padrão monetário, em um ambiente de desindexação parcial.

A observação dos dados da Tabela 2 permite formular uma hipótese quanto ao comportamento dos preços, a ser confirmada nos próximos meses. Tendo havido elevações preventivas dos preços por parte dos agentes mais organizados (e com maior poder de mercado) no período que antecedeu a troca do padrão monetário, estes podem agora "retardar" novos aumentos nos preços. Por outro lado, a maior demanda interna trazida pela redução do "imposto inflacionário" tenderia a impulsionar elevações nos preços dos produtos destinados às camadas da população de renda mais baixa. É evidente que se trata de uma análise extremamente simplificada, pois não leva em conta nem mesmo o efeito sobre os preços internos da pressão trazida pela menor proteção efetiva a que está sujeita a indústria nacional.

Na Tabela 2, percebe-se ainda, que, em um primeiro momento, houve uma pressão sobre o índice de preços por parte dos setores de bens de capital e de bens duráveis. Após o início da terceira fase do Plano, esta pode estar se movendo para o setor de bens não duráveis, que teve incrementada sua demanda interna.

Tabela 2

Evolução dos preços por atacado na indústria geral e por categorias de uso, no Brasil jan.-set./94

MESES	INDÚSTRIA GERAL	BENS DE CAPITAL		BENS INTERMEDIÁRIOS	
		Índice	Desvio (1) (%)	Índice	Desvio (1) (%)
Jan.	13,39	13,72	2,49	13,44	0,38
Fev.	19,17	19,95	4,07	19,06	-0,58
Mar.	27,54	27,94	1,43	27,44	-0,39
Abr.	38,62	39,11	1,29	38,68	0,16
Mai	53,47	55,24	3,31	54,18	1,32
Jun.	77,80	80,40	3,33	80,26	3,16
Jul.	95,79	100,36	4,77	96,93	1,19
Ago.	100,00	100,00	0,00	100,00	0,00
Set.	101,79	99,89	-1,86	100,59	-1,17

MESES	BENS DE CONSUMO					
	Total		Duráveis		Não Duráveis	
	Índice	Desvio (1) (%)	Índice	Desvio (1) (%)	Índice	Desvio (1) (%)
Jan.	12,82	-4,22	14,65	9,41	12,62	-5,75
Fev.	18,43	-3,88	21,13	10,22	18,13	-5,46
Mar.	26,69	-3,09	28,14	2,15	26,53	-3,68
Abr.	37,06	-4,03	41,17	6,61	36,60	-5,22
Mai	50,04	-6,42	57,44	7,41	49,21	-7,97
Jun.	71,61	-7,96	82,44	5,96	70,39	-9,53
Jul.	91,17	-4,81	100,34	4,76	90,14	-5,89
Ago.	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00	0,00
Set.	104,62	2,78	99,89	-1,87	105,15	3,30

FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA (1994). Rio de Janeiro: FGV, nov.

(1) Entende-se por desvio o percentual resultante da divisão do índice de cada categoria de uso pelo índice geral.

Dados adicionais confirmam esta tendência. No acumulado jul.-out., gêneros como fumo (17,50%), produtos alimentares (3,66%) e tecidos, vestuário e calçados (2,29%) tiveram crescimento superior ao da média da indústria de transformação, que apresentou alta de 1,08%. Não pode ser esquecido, no entanto, o forte componente de sazonalidade nesses produtos, no período analisado, que não permite mais do que a constatação de uma tendência, ainda a ser confirmada.

De qualquer modo, é importante registrar que a média dos aumentos dos preços industriais por atacado entre julho e outubro ficou bastante abaixo daquela medida para toda a economia pelo IPA-OG, que, para o mesmo período, registrou uma elevação acumulada nos preços de 13,69% (Inf. Conj. CNI, 1994, p.7). Assim, durante o ano de 1994, e principalmente após o mês de julho, não foram os preços industriais as principais fontes da inflação remanescente no País. Pode ser ressaltado que, a partir das evidências de países que implantaram planos semelhantes ao adotado no Brasil, os preços industriais no atacado tendem a apresentar elevações bastante inferiores com relação aos preços ao consumidor, principalmente no período pós-estabilização.

4 - Desempenho da indústria gaúcha no ano de 1994

A indústria de transformação do Rio Grande do Sul, apesar de ter apresentado crescimento com relação ao ano de 1993, teve um desempenho inferior ao da similar brasileira no período jan.-ago., com expansão de 2,73% relativamente ao mesmo período do ano anterior. No acumulado dos últimos 12 meses, a *performance* da produção industrial do Estado (6,75%) ainda é maior do que a da congênera do País o mesmo período (6,63%), fruto de um desempenho bastante superior durante o final do ano de 1993.

A Tabela 3 mostra a produção industrial acumulada no ano de 1994 por gêneros da indústria de transformação. Observa-se que o melhor desempenho até agosto ocorreu naqueles gêneros integrantes do complexo metal-mecânico — mecânica, material elétrico e de comunicações e material de transporte —, que também tiveram elevado crescimento durante o ano de 1993 (BRINCO, 1993, p.82). A indústria metalúrgica, apesar de manter-se entre os gêneros que mais cresceram dentro da atividade industrial no Estado, apresentou queda constante do seu ritmo de crescimento durante o ano de 1994. A continuada expansão da produção desses gêneros fez com que o índice do mês de agosto, quando comparado à média de 1991, apresentasse taxas bastante elevadas — mecânica (127,67%), material de transporte (82,27%), material elétrico e de comunicações (44,07%) e metalúrgica (41,88%).

A indústria química, por sua vez, recuperou-se após um primeiro trimestre desfavorável, obtendo uma elevação da produção da ordem de 3,89% até agosto último. Nos últimos 12 meses até agosto de 1994, a produção acumulada dessa indústria encontrava-se 5,52% superior dos 12 meses anteriores.

No setor de bens não duráveis, registra-se que a retomada na produção ocorrida nos meses de julho e agosto para o Brasil não se verificou do mesmo modo no Rio Grande do Sul. Frente ao mês de junho, a produção do mês de agosto cresceu apenas para os gêneros perfumaria (29,47%) e vestuário, calçados e artefatos de tecidos (3,85%). Outros, como fumo (-76,09%), bebidas (-52,39%), têxtil (-15,07%) e produtos alimentares (-0,65%), tiveram produção inferior àquela registrada antes da troca do padrão monetário, contrariando a tendência nacional para o período.

Por sua vez, no acumulado até agosto, à exceção dos gêneros têxtil e perfumaria, sabões e velas, os demais integrantes dessa categoria tiveram desempenho inferior ao do ano anterior, como expresso na Tabela 3.

Tabela 3

Índice da produção industrial acumulado no ano do total da indústria de transformação e dos gêneros no Rio Grande do Sul — jan.-ago./94

DISCRIMINAÇÃO	JAN	JAN-FEV	JAN-MAR	JAN-ABR
Indústria de transformação	108,96	103,04	102,52	102,40
Minerais não-metálicos	107,52	105,46	103,84	102,82
Metalúrgica	120,77	114,64	111,90	108,09
Mecânica	137,21	126,14	127,25	135,23
Material elétrico e de comuni- cações	133,02	122,90	133,53	125,59
Material de transporte	127,59	124,07	100,02	100,24
Madeira	98,05	91,61	97,92	97,01
Mobiliário	92,72	93,02	94,39	89,48
Papel e papelão	88,93	88,41	91,88	91,33
Borracha	108,73	92,59	94,89	93,88
Couros e peles	99,17	94,78	97,14	95,50
Química	105,66	95,17	96,98	98,99
Perfumaria, sabões, velas	126,57	111,98	105,11	104,34
Produtos de matérias plásticas	96,38	99,31	95,93	96,01
Têxtil	118,30	105,66	106,97	110,48
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	97,81	98,58	96,64	93,43
Produtos alimentares	107,32	107,85	103,70	99,49
Bebidas	97,80	99,16	92,25	107,88
Fumo	28,65	38,29	62,92	70,18

DISCRIMINAÇÃO	JAN-MAIO	JAN-JUN	JAN-JUL	JAN-AGO
Indústria de transformação	103,11	103,51	102,54	102,73
Minerais não-metálicos	102,35	103,46	103,93	104,63
Metalúrgica	107,29	105,66	104,64	105,83
Mecânica	137,19	137,32	138,37	135,68
Material elétrico e de comuni- cações	124,66	125,13	121,16	121,04
Material de transporte	104,89	109,25	113,86	114,04
Madeira	96,24	95,11	94,13	96,04
Mobiliário	89,20	89,44	87,37	90,79
Papel e papelão	98,42	99,76	96,83	96,63
Borracha	95,60	94,88	93,92	95,73
Couros e peles	95,26	92,89	90,55	90,20
Química	100,63	103,82	103,43	103,89
Perfumaria, sabões, velas	104,04	105,88	106,29	108,03
Produtos de matérias plásticas	95,79	94,44	93,23	93,42
Têxtil	115,49	119,05	121,24	120,70
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	93,76	92,28	90,51	89,60
Produtos alimentares	96,98	96,27	95,55	95,93
Bebidas	103,05	104,30	100,15	99,93
Fumo	77,12	78,83	74,82	73,85

FONTE: PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: regional; produção física (1994).
Rio de Janeiro: IBGE, abr., ago.

Uma parte da explicação para tal desempenho desfavorável encontra-se no menor dinamismo das exportações de produtos que são importantes na estrutura produtiva gaúcha. Dentre estes, destacam-se os calçados. Dados referentes às exportações brasileiras de calçados apontam uma queda de 14,12% no período jan.-out./94 frente a igual período do ano anterior (Bal. Comercial, Bras. 1994). Essas exportações são realizadas, em sua maior parcela por empresas localizadas no Estado, o que estaria propiciando o fraco desempenho do setor em 1994. A valorização da moeda nacional e a competição exercida principalmente pela indústria de países asiáticos, notadamente a China, colocaram em xeque as perspectivas dessa indústria no mercado internacional. A manutenção da atual situação cambial e tributária poderá, inclusive, colocar o setor em dificuldades para manter até mesmo sua participação no mercado interno, sendo possível antever um forte incremento nas importações de calçados, com graves repercussões sobre a produção e o emprego nesse setor.

Outra indústria que chamou atenção pelo desempenho desfavorável durante 1994 foi a de fumo. Para a queda na sua produção concorreu a fraca safra do produto, que teve queda de 27,98% na produção em 1994, concomitantemente a um decréscimo na produtividade de 14,24%.

Também deve ser destacado o fato da indústria gaúcha de bens não duráveis ser bastante relevante na estrutura industrial do Rio Grande do Sul, sendo o setor que apresentava melhores perspectivas no segundo semestre de 1994, faltando portanto elementos para uma análise mais concreta de seu movimento para a indústria do Estado.

Outra explicação para números não favoráveis referentes ao Rio Grande do Sul pode ser encontrada no próprio bom desempenho da indústria gaúcha em 1993, o que aumenta a base de comparação, podendo levar a resultados que parecem mais desfavoráveis do que efetivamente o são. Afinal, quando comparada à média de 1991, a produção da indústria de transformação gaúcha apresenta uma elevação de 36,47%, cerca de 10 pontos percentuais superior ao crescimento obtido pela indústria brasileira no mesmo período.

Bibliografia

- BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA (1994). Rio de Janeiro: Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo/SECEX, out.
- BRINCO, Ricardo (1994). A dinâmica da indústria de transformação em 1993: alguns avanços, muitas incertezas. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.21, n.3, p.73-83.
- CARTA DE CONJUNTURA FEE (1994). Porto Alegre, v.4, n.7.
- FOLHA DE SÃO PAULO (2.12.94). Venda de máquinas dobra com real. São Paulo, cad.1, p.2.
- GAZETA MERCANTIL (1.12.94). Inovação tecnológica deve manter elevados os índices de produtividade empresarial. São Paulo, p.10.
- GAZETA MERCANTIL (5.12.94). Produção cresceu 2,5% em agosto. São Paulo, p.10.

GAZETA MERCANTIL (7.11.94). Produção pode crescer 5,5% neste ano. São Paulo, p.12.

INFORME CONJUNTURAL CNI (1994). Rio de Janeiro, n.103, nov.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: Brasil; produção física (1994). Rio de Janeiro: IBGE, set.